

# Manoel Bomfim: crítica historiográfica e orientação política em *o Brasil na História*

Luiz Carlos Bento\*

## Manoel Bomfim historiographic criticism and political guidance in the Brazil in History

### Resumo

Esse artigo busca refletir sobre a obra *o Brasil na História*, pensando os usos políticos da história denunciados por Bomfim em sua crítica a historiografia brasileira. Ao longo do texto demonstramos que em seus ensaios históricos, sobretudo em *o Brasil na História*, pensou-se um projeto de escrita da história nacional que busca colocar sob outras bases a compreensão sobre a formação nacional. Dessa forma, analisamos que seu pensamento histórico nas primeiras décadas do século XX surge como um contra discurso ao discurso histórico dominante produzido e divulgado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste sentido, seus textos, sobretudo, seus ensaios históricos da década de vinte dialogam criticamente com o projeto de escrita da história do Brasil produzido pelos institutos, colocando-se como uma antítese dessa cultura historiográfica.

**Palavras Chaves:** Cultura Histórica, crítica historiográfica, *Brasil na História*, Manoel Bomfim.

### Abstract

This article reflects on the work *Brazil in History*, thinking the political uses of the story reported by Bomfim in your criticism of brazilian historiography. In the text we demonstrated that in their historic trials, especially in the *Brazil in history*, it was thought a national history writing project that seeks to put under other bases the understanding of national training. In this way, we analyze that your historical thinking in the early decades of the 20th century is a historical speech against dominant produced and disseminated by the IHGB. In this sense, his writings, especially his essays of the twenty dialogue critically with the project of writing the history of Brazil produced by institutes, placing itself as an antithesis of this historiographical culture.

**Key-Words:** Historical Culture, historiographical criticism, *Brazil in History*, Manoel Bomfim.

\* Professor adjunto de Teoria da História, Prática de Ensino e Pesquisa em História e Historiografia Brasileira na UFMS. Coordenador do grupo de pesquisas: Teoria da História e História da Historiografia no Brasil.



Manoel Bomfim, foi um intelectual sergipano que assim como outros de seu tempo, ingressou na Faculdade de Medicina na Bahia em 1886, mas finalizou seus estudos na capital do Império, Rio de Janeiro, em 1888. Nasceu em 1868, gozou de uma oportunidade rara e acessível a poucos homens: com certa maturidade, acompanhou os principais acontecimentos sociais e políticos que marcaram o processo de transição da Monarquia à República no Brasil. Dessa forma, o projeto nacional presente em sua obra não pode ser apartado de um amplo quadro temático que se situa entre a crítica à Monarquia, às teses raciais e o desejo de reformas modernizadoras capazes de redefinir o sentido dos projetos de identidade nacional no século XIX.

Em seus ensaios históricos a história é vista como fundamental para fazer o indivíduo conhecer o mundo moral e político em que vive. Nessa perspectiva a compreensão do presente não se produz sem uma contemplação do passado, porque o mundo moral e tudo o que o condiciona, tal como instituições, ideias e sentimentos, são resultantes de fatos e condições anteriores. Diante disso, Bomfim chega a uma reflexão que o aproxima da perspectiva de Johann Gustav Droysen (1808-1884) em relação à história, pois, para ele, assim como para o teórico alemão, os acontecimentos humanos só podem ser conhecidos quando os apreciamos em seu desenvolvimento através do tempo. É a reflexão produzida historicamente sobre os desdobramentos temporais que nos faz compreender o meio social de que fazemos parte.

*O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* foi finalizado em setembro de 1929, mas apenas chega às livrarias, publicado pela Francisco Alves, em fevereiro de 1931. A obra compreende um total de 559 páginas e foi estruturada com algumas características bastante similares a outras obras de Bomfim. Constituído por um prefácio nominado de *Orientação* e por duas partes compostas de seis capítulos, seguidas de um apêndice voltado para o aprofundamento da temática da história da independência, essa obra dialoga claramente com a *História da Independência*, de Varnhagen, que foi terminada em 1875, mas publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1916 em meio às comemorações do Centenário da Independência.

Bomfim tem como objetivo principal nesse ensaio produzir uma criteriosa e detalhada crítica historiográfica, visando demonstrar que, entre os males que afligiam a nação brasileira, também deveria ser inserida a forma como a história estava sendo escrita, contada e ensinada. Bomfim dará continuidade a sua reflexão desenvolvida em obras anteriores, que apresentavam a existência de duas tradições em conflito ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Essas duas tradições em conflito representavam, na leitura histórica do sergipano, o visceral antagonismo entre os anseios e interesses do povo brasileiro e as



elites dirigentes, que, segundo Bomfim, eram os legítimos representantes de uma tradição bragantina externa e alheia ao Brasil.

Nessa obra, Bomfim se propõe analisar a história entendendo-a como um discurso que se coloca como meio para se legitimar ou deturpar tradições. A análise que ele faz sobre a maneira como se escrevia a história do Brasil, tanto entre os historiadores brasileiros quanto entre os autores europeus, objetivava denunciar os usos políticos da história. Citando Karl Kautsky (1854-1938), Bomfim (1930) demonstra que a história, como registro de uma tradição, apresenta um sentido orientador, visto que reforça um sentimento de reconhecimento em relação ao passado de um povo, que serve como meio para o reconhecimento de um patrimônio histórico comum, o qual é fundamental para o fortalecimento de uma tradição nacional.

A referida frase de Karl Kautsky citada por Bomfim, sem referências específicas em relação à obra, foi extraída do livro *Terrorismo e comunismo*: “A importância prática da história está, sobretudo, em multiplicar as forças dos que sabem utilizar as experiências do passado”. Fazer citação de autores sem referências detalhadas das obras é uma característica presente na escrita de outros textos de Bomfim, mas, no caso específico dos dois últimos livros de sua trilogia historiográfica, ela pode ser atribuída às condições penosas de saúde em que o sergipano se encontrava quando as obras foram concluídas e corrigidas, pois entre 1928 e 1931, Bomfim foi submetido a quatorze cirurgias para tratamento de um câncer que o levou a óbito em abril de 1932.

Partindo do pressuposto anteriormente descrito, o intelectual sergipano vislumbra um problema, pois, em sua perspectiva, a história do Brasil escrita até aquele momento – com exceção de alguns poucos autores que o discurso histórico oficial conseguiu encobrir<sup>1</sup> – não fazia jus ao papel do povo brasileiro, tanto no passado quanto no presente. A história do Brasil encontrava-se deturpada, era uma história que servia aos interesses das grandes nações capitalistas e que encobria, com um nevoeiro de aparências, o que ele entendia como sendo as legítimas tradições nacionais, garantindo dessa forma o poder de uma classe dirigente interna que, desde o período colonial, havia conseguido perpetuar sua dominação.

Para Bomfim, a história de um povo deveria ser “sincera, purificada, vivaz, exata... capaz de orientar, estimular e defender o desenvolvimento nacional de que participamos, e que se torna cada vez mais consciente

1 Segundo Bomfim, os primeiros e legítimos historiadores do Brasil foram: Frei Vicente de Salvador (1567-1636) – autor de *História da América Portuguesa*, considerada por ele como a primeira e genuína história do Brasil, mas que o grande crime cometido contra a nação brasileira pelas elites portuguesas foi mantê-la desconhecida do público nacional; e o inglês Robert Southey (1774-1845), autor de *The History of Brazil*, obra traduzida para o português e publicada em seis volumes em 1862.

nas aspirações comuns”<sup>2</sup>. Nesse sentido, a história tem uma função importantíssima no desenvolvimento de um povo soberano, pois, mais que qualquer instituição concreta, ela é criadora de um mundo, onde os desejos e realizações de um povo se encontram e são dados ao reconhecimento comum pela via de construções narrativas que orientam e fortalecem os sentimentos socializadores indispensáveis para a manutenção de uma nacionalidade.

Bomfim entende a tradição como uma identidade em desenvolvimento progressivo, que representa e reflete tanto o passado quanto revela o futuro. Por isso, exige-se da história conformidade em relação à tradição que descreve, para que ela não perca a sua função orientadora e torne-se apenas um “amontoado de peripécias, enfiadas em erudição caliginosa”<sup>3</sup>, tornando-se uma sombra projetada nas demais alteridades pelos enunciadores desse discurso histórico, tanto no plano nacional como internacional.

Analisando as causas que levam à deturpação das tradições nacionais, Bomfim define a história de um povo como a expressão exagerada de suas ações. Nessa perspectiva, a expansão econômica e a prosperidade política das nações europeias levaram-nas a expandir seu poder, ampliando o sentido valorativo dos seus feitos e dando-lhes uma significação e um valor muito além da realidade. Dessa forma, a glória e o prestígio histórico dos países europeus tornaram-se uma sombra para outros povos, sobretudo, para as nações neoibéricas como o Brasil.

Em sua crítica historiográfica, Bomfim percebe o sentido etnocêntrico do ideal de história universal iluminista e contesta qualquer sentido de objetividade dessa forma de pensamento, entendido por ele apenas como um sofisma, que encobre o fato de que “a história fica a serviço de quatro ou cinco civilizações especiais, que apresentam, no momento, um maior ativo de contribuições na obra da civilização geral”<sup>4</sup>. Nesse sentido, a hierarquização da história universal que divide o mundo em nações grandes e pequenas em relação ao progresso humano não tem nenhum sentido objetivo do ponto de vista histórico; trata-se de uma questão de ordem econômica e política, tal como podemos notar na seguinte passagem do sergipano:

Na realidade das cousas, fora impossível achar o limite justo entre os povos grandes e os pequenos, fortes e fracos. Contudo, os mais poderosos, abusando da superioridade relativa,

2 BOMFIM, M. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930 p. 38.

3 BOMFIM, *O Brasil na História.... op.cit.*, p. 38.

4 *Idem*, p. 40



desnaturam a situação, atribuem a si mesmo toda a força, e dividem as nações em grandes e pequenas<sup>5</sup>

Bomfim rejeita o objetivismo, pois, para ele, o ideal de neutralidade é inatingível, tendo em vista que o historiador, ao definir e analisar valores, não consegue escapar da sua condição humana, uma vez que pensa e produz com base na tradição à qual ele pertence. Dessa forma, pretender o objetivismo é, para Bomfim, pretender que o indivíduo saia de si mesmo, dispensando todo critério de julgamento, estando fora de qualquer horizonte de análise. Ao negar o objetivismo, o intelectual sergipano demonstrou ter consciência de que toda escrita é, antes de tudo, uma opção política, e quem escreve não o faz com neutralidade e isenção, mas de um lugar de fala que ele tem de reconhecer e explicitar.

Bomfim não entendia que a objetividade de suas afirmações fosse decorrente de uma posição de imparcialidade perante os fatos sociais; para ele, tal prerrogativa era impossível. Dessa forma, ele busca romper com o paradigma do discurso cientificista, assumindo que suas vontades e interesses pessoais eram o motor de suas análises. Pensando o saber histórico com base nessa perspectiva, ele entendia que a objetividade do cientista estaria ligada aos interesses sociais que direcionavam sua pesquisa. Nesse sentido, a identificação de tais interesses era fundamental para que fosse possível situar o pesquisador em relação a seu objeto de pesquisa e, a partir dessa identificação, tornar-se-ia possível compreendermos as verdades ditas ou omitidas.

Bomfim acreditava que toda nação tem a sua identidade definida pela tradição da qual se originou e, por isso, caberia ao historiador cultivar e defender a história nacional, entendida como um arquivo de experiências com base no qual a confiança no desenvolvimento nacional se afirma por meio da consciência legada por essa mesma tradição. Dessa forma, o passado é apropriado como fonte de orientação, subsistindo “como influxo em cada um de nós, multiplica[ndo]-se em efeitos que premem o presente em vez de retê-lo, e o conduzem tanto mais eficazmente quanto melhor compreendemos o seu lineamento e o traduzimos em orientação”<sup>6</sup>.

Pesquisas que se dedicaram à obra *O Brasil na história* como objeto central de suas análises, como as produzidas por Rebeca Gontijo (2001)<sup>7</sup>

5 *Idem*, p. 40

6 *Idem*, p. 43.

7 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1952) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001.

e Marina Rodrigues Tonon (2014)<sup>8</sup>, já chamavam a atenção para o fato de que as reflexões de Bomfim sobre a história produzida no final da década de 1920 evidenciam sua forte preocupação com a escrita da história e sua consequência para a construção da identidade brasileira. Dessa forma, sua reflexão historiográfica transita entre os limites temporais de domínio de dois modelos de escrita da história comumente identificadas como *clássica* e *moderna*, igualmente presentes na historiografia do período. Esse olhar para o texto de Bomfim, como um registro histórico da tensão entre dois modelos de escrita da história, permite-nos problematizar a complexidade do processo de constituição do campo das ciências humanas no Brasil em um momento em que a busca pela construção de um discurso científico objetivo convivia diretamente com as demandas por uma atuação política e social por parte dos intelectuais que não podiam se esquivar em discutir a questão nacional.

Em suas reflexões historiográficas, Bomfim toca em questões pontuais para a escrita da história no período (objetividade/subjetividade), sem ter de se sujeitar a cumprir as regras impostas pelos lugares tradicionais de legitimação das práticas associadas à produção histórica; antes, buscava valorizar e desenvolver uma reflexão que assumisse o seu nacionalismo e que fosse capaz de dar visibilidade aqueles que ele entendia como sendo os verdadeiros protagonistas da formação nacional. Por isso, em sua perspectiva analítica, deixar para trás a quimera do objetivismo e assumir os interesses morais era fundamental para que a historiografia brasileira pudesse cumprir o seu papel como instância fundamental para constituição de uma legítima consciência histórica nacional.

Como é perceptível na reflexão anterior, o sergipano não entendia a paixão como um entrave para a verdade, muito pelo contrário; ele enxergava nela uma força propulsora da vontade que controlava e guiava os interesses. Em *O Brasil na história*, Bomfim cita Theodor Mommsen (1817-1903) para enfatizar que “não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão que trabalha pelo futuro”<sup>9</sup>. Com isso, fica explicitado seu interesse em estudar as implicações positivas ou negativas para a escrita da história com base na dupla exigência de neutralidade científica e comprometimento intelectual, tendo como foco de seu estudo a produção de uma reflexão geral sobre o lugar dos interesses e das paixões no discurso científico de sua época, pois, segundo sua interpretação histórica, a busca de uma pretensa objetividade que levava à negação ou, ainda pior, à ocultação dos interesses seriam os responsáveis pela deturpação da história brasileira.

8 TONON, M. R. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica historiográfica brasileira*. 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Mestrado em História e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2014.

9 *Idem*, p. 56.

O conhecimento do homem é visto em sua obra como um elemento fundamental para o êxito dos indivíduos e também da sociedade. Tal necessidade impeliria, segundo o intelectual sergipano, os indivíduos a buscarem na história o indicativo dos valores humanos de cada sociedade. Nesse mesmo sentido, ele chamava a atenção, porém, para o egocentrismo registrado na história, atitude que, segundo ele, faz com que cada grupo humano que tenha alcançado grande êxito econômico e político, compreenda a civilização como atributo de suas próprias ações. Bomfim, numa clara crítica à visão de história universal de Hegel, pondera que os discursos históricos, ao hierarquizar as contribuições dos indivíduos e dos grupos nacionais, encobrem ou ignoram a alteridade de outros povos. Na interpretação historiográfica do intelectual sergipano, a “deturpação se faz para proveito dos que já têm grandeza histórica, em detrimento dos menores, para maior afronta dos vencidos e dominados”<sup>10</sup>.

Ao constatar que a história é um discurso que atende aos interesses daqueles que a escrevem, Bomfim afirma que cada povo deve produzir e defender sua própria história, num esforço que seja equivalente ao do discurso histórico europeu. Citando representantes dessa historiografia, como Thomas Carlyle (1795-1881) e Karl Kaustky (1854-1938), Bomfim afirma que, no fundo, não há história verdadeira e que a falsidade da história é tão velha quanto a própria história.

No quinto tópico do primeiro capítulo de sua obra *o Brasil na história*, intitulado *Valores esquecidos para serem sonogados*, Bomfim busca demonstrar que os historiadores da França e da Inglaterra não deram o devido valor histórico para a atividade comercial das cidades italianas e hanseáticas ao longo do período do Renascimento, embora tenha sido em torno da expansão dessas atividades comerciais, a partir do contato com o mundo árabe, que se constituíra o núcleo social que impulsionou a atividade econômica das nações modernas. Bomfim conclui, assim, que a história universal nega o protagonismo histórico a seus verdadeiros atores em detrimento da tradição inglesa e francesa, que assumem o protagonismo político e econômico no presente transportando essa hegemonia anacronicamente para o passado.

Rejeitando a visão europeia da história, Bomfim se propõe a negar esse discurso visto de fora, a fim de construir uma leitura da história nacional capaz de dar visibilidade ao povo brasileiro, por meio da apresentação de seus feitos ao longo do processo de ocupação do território, argumentando que, “na verificação das falsidades e distorções históricas, adquire-se a liberdade de espírito, como é preciso, para elevar o julgamento por sobre preconceitos, e estimar das histórias contadas, o que merece estima e



apreço”<sup>11</sup>. Nessa perspectiva, caberia ao historiador brasileiro, em caráter de urgência, desprezar os critérios claramente ideológicos das grandes tradições, aceitos no Brasil como critérios universais e objetivos, e afirmar o valor de sua própria tradição nacional.

Analisando o que ele intitulou de “deturpações e insuficiências da história do Brasil”<sup>12</sup>, identificou duas influências que considera preponderante para o processo de deturpação da historiografia brasileira: a influência do positivismo comtiano, e a ação pretensamente imparcial de historiadores brasileiros, classificados como “antinacionalistas” ou simplesmente *historiadores para o trono*. Em 1905, no primeiro capítulo de *América Latina: males de origem*, ao analisar a imagem corrente na Europa em relação aos países latino-americanos, Bomfim critica diretamente a *História da civilização*, de Charles Signobos (1854-1942), que, segundo ele, apresenta tudo o que se tem a dizer sobre a história do Brasil em pouco mais de trinta linhas. Ao se referir a essa obra, Bomfim não contém sua ironia, ao apontar que, se já não bastasse a quase ausência de referências ao Brasil, em poucas linhas, era possível notar erros históricos gritantes. Vejamos o que diz, com suas próprias palavras, o sergipano a esse respeito:

Um exemplo típico é o dessas trinta e poucas linhas, que se leem na *História da civilização* de Signobos, e que representam tudo que ele julgou necessário dizer sobre o Brasil. Elas são feitas de afirmações como esta: “os paulistas formavam no século XVIII um povo independente... O Brasil tornou-se um estado independente, mas sem perturbações. O regente irmão do rei de Portugal tomou o título de imperador do Brasil em 1826”. É completo, não é?... Note-se que este Signobos é figura proeminente no ensino superior em Paris, professor entre professores, consultor universal sobre história contemporânea e civilizações modernas, distribuindo diariamente lições à direita e à esquerda<sup>13</sup>.

Bomfim tornou-se um crítico voraz da historiografia francesa de sua época. Em *O Brasil na história*, o autor irá ampliar e radicalizar essa crítica em torno do que ele entendia como a *deficiência de critério histórico* e a *falta de plasticidade* da historiografia francesa, considerando-a pela ausência de rigor científico, uma vez que apresentavam um reduzido critério de observação e desenvolviam, em decorrência disso, pouca noção da realidade histórica, sobretudo, em relação aos países da América Lati-

11 *Idem*, p. 50.

12 *Idem*, p. 50.

13 BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 45.

na. Como salientou Rebeca Gontijo (2001), ao se posicionar criticamente em relação a um discurso oficial da história caracterizada por ficar “presa à enunciação de fatos e datas”, o que reduzia a história a uma crônica de natureza política ou militar, Manoel Bomfim irá produzir um procedimento próprio de crítica historiográfica que lhe possibilitará constituir uma tipologia para caracterizar os bons e os maus historiadores. Como demonstra a autora, “essa construção implicava em ressaltar certos aspectos do historiador-alvo, omitindo outros tantos, de modo a elaborar uma imagem suficientemente ilustrativa, ou exemplar para sua argumentação”<sup>14</sup>.

Partindo desse procedimento, ele criticou desde autores desconhecidos até nomes consagrados da historiografia francesa, buscando, com base em erros de interpretação ou equívocos pontuais de avaliação, desqualificar toda a obra para evidenciar as fragilidades de toda a matriz do pensamento histórico francês que influenciara diretamente a produção histórica brasileira. Dessa forma, seu objetivo declarado era rejeitar o modelo historiográfico predominante na historiografia oitocentista, tendo Francisco Adolfo Varnhagen como seu principal alvo.

Com base nesse viés, ele fez críticas pontuais a trabalhos de autores menos renomados, como a *L'Exotisme Americain*, de Gilbert Chinard (1881-1972), da Brown University, a *Historie de l'Expansion Coloniales des Peuples Europeans*, de C. de Lannoy e H. Van-der Linder, e também a alguns aspectos da obra *A terra e a evolução humana*, de um autor renomado e amplamente conhecido nas ciências humanas ocidentais, como Lucien Febvre (1878-1956). Conforme salientado anteriormente, o procedimento crítico de Bomfim consiste em encontrar erros, grosseiros ou pontuais, ou até mesmo critérios divergentes de interpretação e, partindo deles, fazer uma crítica generalizada a toda a obra.

Sua antipatia em relação à historiografia francesa justifica-se pela negação que ele faz do positivismo como doutrina histórica. Para Bomfim, ao contrário do que ensaja o nome, “nada menos positivo do que essa construção, onde se prende a evolução do espírito humano à celebre lei dos três estados, onde se faz da ordem condição essencial à mesma evolução”<sup>15</sup>. Segundo o autor, a noção escatológica de progresso para Comte (1798-1857) era ambígua, uma vez que o progresso deixaria de ser progresso e se tornaria estagnação, visto que não se poderia ir mais longe do que aquilo que ele definiu como estado último da humanidade, uma espécie de fim pré-concebido da história. A influência positivista é considerada por ele como conceitos exógenos que não contribuíam para a compreensão das especificidades da formação brasileiras, além de reproduzirem uma

14 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001, p. 116.

15 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 64.

visão pessimista sobre a história do Brasil uma pseudociência que ele chamou de “sociologia para brancos”<sup>16</sup>, que nada contribuía para o entendimento dos problemas brasileiros.

Para Bomfim, a consagração historiográfica e política do positivismo comtiano consagrou uma corrente de historiadores que analisaram o passado brasileiro orientados por uma teoria cujo criador era totalmente alheio às condições de nossa formação social. Ideias incompatíveis com as especificidades da formação histórica brasileira que, segundo ele, não se adequavam aos conceitos estanques e à doutrina pré-formatada do positivismo:

O positivismo não conhecia o índio: nada sabia do quanto elle serviu para a nação que aqui se fez, e, por isso não temos consagração oficial da raça, que se parece desaparecida quasi toda, é que foi absorvida nas gentes brasileiras, que se bem caracterizam nessa caboclada persistente dos nossos campos<sup>17</sup>

50



Considerando os enunciados expostos, podemos notar que a superação da influência positivista era vista, por Bomfim, como fundamental para que os historiadores brasileiros conseguissem superar essa influência externa que, segundo ele, produzia maus resultados e distorções sobre a tradição nacional. Para o intelectual sergipano, a história consagrada de batalhas, reis e altos membros da nobreza teria sido feita desprezando aqueles que verdadeiramente teriam constituído as legítimas tradições nacionais, identificadas por ele como democráticas e republicanas.

Além dessa visão negativa em relação à influência francesa para a construção da história brasileira, Bomfim identifica causas internas da deturpação histórica, que seriam o que ele chamou de a perversão das fontes históricas – dar ênfase apenas aos elementos que atendem os interesses do pesquisador - e a produção de uma história centrada na elite, resumida a uma cronologia de fatos e nomes que reduziam a história a uma crônica de natureza política ou militar. Ao atacar os fundamentos da moderna crítica histórica, Bomfim pretendia descaracterizar a legitimidade da obra de Varnhagen, sustentada pela abundância de fontes primárias e pelo estatuto de verdade auferido pela localização e crítica de fontes originais.

Diante dessas críticas tão contundentes em relação à influência de uma matriz de pensamento francesa na historiografia brasileira, torna-se importante compreender quais ideias ele considerava viáveis para a pro-

16 *Op. Cit.* 64

17 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 64.

dução histórica no Brasil, o que poderia indicar uma possível orientação teórica que garantisse legitimidade e respaldo para sua crítica historiográfica. Embora não seja tarefa fácil localizar alguma linha de orientação teórica no pensamento de Bomfim, especificamente nessa obra voltada para uma crítica sistemática da forma como a história do Brasil vinha sendo escrita, fica evidente, desde os seus primeiros capítulos, certa relação com o pensamento historicista alemão.

Embora a definição de historicismo seja uma questão amplamente controversa e tenha fomentado inúmeros debates nas últimas décadas, trabalhamos com uma definição que entende o historicismo como um movimento filosófico de ideias derivado diretamente do iluminismo e que busca atestar o caráter eminentemente histórico da experiência humana. Dessa forma, o historicismo pode ser visto como uma tendência para interpretar a natureza, a sociedade e o homem em constante movimento, buscando identificar neles suas mutações profundas. Segundo essa perspectiva, podemos inferir que é a história que faz o homem e não o homem que faz a história, evidenciando a importância da compreensão das experiências temporais para a produção de orientação para a vida humana.

Nesse sentido, a construção de seus argumentos de crítica, tanto em relação ao modelo de história universal quanto em relação à questão da objetividade, passa por um diálogo direto e amplamente afirmativo com pensadores alemães como Friedrich Schiller (1759-1803), Wilhelm von Leibniz (1646-1716), Johan Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Theodor Mommsen (1817-1903), considerados por ele como “legítimos criadores, na formação do espírito humano”<sup>18</sup>. Bomfim aproxima-se, assim, de um conjunto de autores que, na esteira de uma inspiração leibniziana e de ideais românticos, formaram um movimento de oposição ao racionalismo iluminista conhecido como *Sturm Und Drang* (tempestade e impulso), que deu origem ao “historicismo romântico”. Suas características mais acentuadas seriam a mescla de uma linguagem biológica com uma linguagem histórica e a valorização da vida individual vista por múltiplos aspectos, na qual se ressaltavam a dimensão natural do vigor, do impulso e dos instintos e a dimensão social caracterizada pela busca da criatividade, liberdade e historicidade.

Nossas leituras de *O Brasil na história*, assim como estudos anteriores sobre o autor, sugerem que a visão de Bomfim sobre a história contém traços do historicismo alemão que podem ser percebidos na importância dada pelo intelectual sergipano à particularidade e à singularidade da nação brasileira, bem como na busca de reconhecimento dos indivíduos em seu mundo histórico, conferindo uma importância fundamental para a tradição como força propulsora da identidade coletiva e individual.

18 BOMFIM, *O Brasil na História... op.cit.*, p. 56.

Com base nessa noção, Bomfim produz uma reflexão sobre o sentido formador da história, reivindicando para ela uma função essencial como orientadora do agir humano rumo ao progresso. Também nesta questão reside uma influência pontual da historiografia alemã sobre o pensamento de Bomfim, pois segundo Estevão de Resende Martins (2010) “a ciência da antiguidade, que foi institucionalizada nas universidades a partir da crítica das fontes e da hermenêutica de Mommsen é profundamente marcada pela crença no progresso e pelo otimismo científico”<sup>19</sup>, temas que são recorrentes no pensamento de Bomfim.

Movido por essa preocupação didática, Bomfim apresenta e justifica o ponto central de suas reflexões sobre a história, uma vez que, se cabia à história exercer uma função crucial de orientação, partindo da organização das experiências do passado e fornecendo unidade para a tradição nacional, o passado produzido pelos intelectuais que se dedicavam à escrita da história deveria corresponder diretamente aos anseios dessa tradição. Entretanto, segundo Bomfim, esse era justamente o problema, pois o passado elegido e narrado pelos historiadores que ele chamava de oficiais não correspondia ao que Bomfim entendia como sendo a verdadeira tradição brasileira.

Como intelectual preocupado em pensar a questão nacional, Bomfim apropriou-se de algumas noções do historicismo alemão, vinculando-se a uma concepção linear de história na qual a tradição e o progresso constituem-se pontos-chave. Essas noções lhe permitiram dialogar criticamente com a cultura histórica de seu tempo, fornecendo-lhe argumentos para fazer a negação sistemática de perspectivas teóricas dominantes em seu meio, tais como o positivismo e as teorias raciais preocupadas com a formulação de leis naturais. Sua rejeição das vertentes duras do cientificismo lhe permitiu desenvolver um modelo de reflexão histórica que privilegiava a interpretação hermenêutica.

Ao aplicar o seu ecletismo hermenêutico para pensar a história, sua preocupação central era tentar resgatar as “qualidades características do povo brasileiro” e dar voz a elas, as quais, segundo sua reflexão, foram sistematicamente e conscientemente esquecidas pela historiografia. A hipótese de Bomfim apresentada no terceiro capítulo de *O Brasil na história*, intitulado *Os que fizeram a história do Brasil*, é clara, direta e pontual. Para ele, os historiadores monarquistas, tendo Varnhagen como a principal referência, no intuito de defender os interesses dos colonizadores não fizeram mais do que difamar os heroísmos nacionais, soterrando, com as suas histórias nada imparciais – legitimadoras do colonialismo - o que ele entendia como sendo os acontecimentos e sujeitos que protagonizam



19 MARTINS, E. R. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p.107.

as verdadeiras glórias da história do Brasil, cuja a revolução pernambucana seria a maior de todas.

Nessa perspectiva, seu texto trava uma disputa pelo passado nacional, elegendo outros temas que deveriam ser valorizados, tais como: os movimentos de ocupação e defesa do território nacional, como a insurreição pernambucana; a unidade política do Brasil constituída ainda no período colonial; a importância dos bandeirantes no processo de integração nacional; as lutas nativistas interpretadas como surtos de heroísmos dos brasileiros contra a dominação colonial; e, sobretudo, a revolução pernambucana de 1817 com todos os seus ecos subsequentes.

O foco central de sua crítica historiográfica em defesa de uma nação verdadeiramente livre é descaracterizar a relevância histórica da obra de Varnhagen, identificado por ele como *reacionário braganista, historiador de encomenda, velador de documentos, escarafunchador de arquivos, o menos humano dos homens, brasileiro de convenção*, produtor de uma *História da Independência* deturpadora da história do Brasil, uma vez que realçava como um fator positivo que esse evento tenha sido feito como uma simples transmissão de domínio do rei para o imperador, representando os Braganças como heróis nacionais e ressaltando, assim, a importância da continuidade da Monarquia e da tradição portuguesa como fatores cruciais para a manutenção da unidade e identidade brasileira.

Segundo Bomfim, Varnhagen teria sido o primeiro e o principal a “dar o Brasil à casa reinante. Teria valido como escarafunchador de arquivos... Esse mesmo valor, ele o perdeu, no apossar-se da história – para torná-la coisa sua e fazê-la nos interesses de sua fofa ambição”<sup>20</sup>. Tal juízo de Bomfim em relação ao Visconde de Porto Seguro deve-se ao fato de que Bomfim atribui a ele a responsabilidade pela não divulgação, pelo desaparecimento e uso indevido dos originais da *História do Brasil*, de Frei Vicente de Salvador, que Varnhagen consultou em Portugal, mas cujo exemplar fora perdido, de acordo com o relato desenvolvido por Capistrano de Abreu em sua pesquisa documental como funcionário da Biblioteca Nacional, que culminou na identificação e posterior publicação da referida obra.

Para Bomfim, esses seriam fatores a se lastimar, uma vez que a vinda do aparato administrativo trazido com “os fujões de 1808”<sup>21</sup>, além de contribuir negativamente para os verdadeiros anseios de independência, foi responsável pela implantação de uma tradição político-administrativa que garantiu a permanência e a perpetuação no poder de uma elite identificada com as práticas do parasitismo social.

20 BOMFIM, *O Brasil na História...* op.cit., p. 125.

21 *Idem*, p. 409.

Bomfim, até pela propaganda que o IHGB vinha fazendo em torno da obra *História da Independência*, vai elegê-la como obra exemplar para rebater criticamente todas as suas teses e argumentos. Mesmo fazendo uma crítica abrangente da obra, o intelectual sergipano irá reconhecê-la como a melhor obra do Visconde de Porto Seguro, por tratar de um período relativamente pequeno e por ser bem documentada; contudo, segundo ele, a interpretação desenvolvida num tom claramente monarquista retirava da obra o seu valor histórico. Além dessa crítica, lamentou o estilo, considerado truncado, pobre e sem estética atrativa, uma característica que ele atribuiu a toda a obra de Varnhagen, tomada como um exemplo a ser negado pelos historiadores.

Para Bomfim, em *História geral do Brasil* e, posteriormente, em *História da Independência*, Varnhagen teria elaborado um modelo de pensar a história do Brasil que serviu de matriz e de inspiração para outros historiadores que ele identifica como “os sub-Varnhagen”<sup>22</sup>, “historiadores menores”, os quais engrossavam o coro dos que escreviam contra os anseios da tradição brasileira, entendida por ele como de inspiração republicana desde os primórdios de sua formação. Entre os sub-Varnhagen criticados por ele está Pereira da Silva (1817-1897), sobretudo por sua obra *História da fundação do Império do Brasil*; segundo Bomfim, a obra seguia os preceitos estabelecidos por Varnhagen e descrevia uma história repleta de “malevolências” em relação à Revolução Pernambucana de 1817, o que, na opinião do sergipano, contribuía para o fortalecimento de uma tradição antibrasileira.

De acordo com Rebeca Contijo (2001), Bomfim buscou demonstrar que, contra os desígnios da natureza americana e contra as legítimas tradições nacionais, foi construída uma história que sepultava feitos e nomes dos que realmente fizeram a história do Brasil. Dessa forma, “os historiadores teriam deturpado ou esquecido qualidades essenciais do caráter brasileiro”<sup>23</sup>, constituindo o que, para Bomfim, seria uma “história triste”, bajuladora e antinacional, cujos principais representantes, além dos dois autores anteriormente citados, são Fernandes Pinheiro (1825-1876), Moreira de Azevedo (1832-1903), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), Oliveira Lima (1867-1928) e Euclides da Cunha (1866-1909).

O seu olhar crítico em relação à historiografia brasileira, em busca de autores que representassem fatos, feitos, nomes e experiências que dessem visibilidade a aspectos da vida cotidiana do povo brasileiro, superando uma história feita de cima para baixo, privilegiando os grandes nomes “portugueses” em sua maioria, levou Bomfim a produzir uma críti-

22 *Idem*, p. 128.

23 GONTIJO, R. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o “Brasil na História”*. 2001. 207p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, em 2001, p. 123.

ca direcionada ao modelo dominante da historiografia do século XIX, bem como das primeiras décadas do século XX. A exceção foi feita apenas a seus contemporâneos Capistrano de Abreu e João Ribeiro, identificados como modelos de bons historiadores e legítimos representantes das tradições nacionais, embora, segundo ele, não tivessem conseguido o reconhecimento necessário e tampouco impor suas perspectivas históricas de forma a suplantarem a matriz-Varnhagen da historiografia.

### *Considerações finais.*

Com base no anteriormente exposto entendemos que Bomfim, ao tomar como missão a tarefa de repensar a história nacional, refletindo sobre o conhecimento histórico do passado como um saber fundamental para a constituição da personalidade humana contribuiu diretamente para o processo de ampliação dos objetivos e das práticas que permeavam a escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Ainda que não a tenha tomado como ofício, nem assumido a integralidade das práticas e procedimentos de erudição, crítica documental e imparcialidade que aferiam legitimidade para o saber histórico em seu tempo, seu esforço de elaboração de uma crítica historiográfica, seguida pela proposição de uma nova síntese histórica da história do Brasil em oposição ao modelo fornecido pela historiografia oitocentista, permitem-nos identificá-lo como um dos singulares seguidores de *Clio*.

Dessa forma, entendemos que a produção ensaística de Bomfim buscou responder a uma demanda social de produzir uma história do Brasil que fosse capaz de dar visibilidade a um novo projeto de identidade nacional; isso porque os modelos de orientação legados pela tradição imperial não atendiam mais às demandas por representação histórica daquele presente, visto que o paradigma fornecido pelo IHGB não era suficiente para incorporar as demandas dos novos sujeitos históricos que emergiam da crise do sistema escravista e do regime monárquico.

Nesse contexto, em que o sentido fornecido pela história do Brasil produzida pela tradição imperial passava a ser questionado, surgiram dois movimentos distintos de resposta a essa crise de sentido histórico que passavam por sua afirmação ou negação: havia aqueles que postergavam a escrita de uma nova síntese histórica da história do Brasil ao futuro, e os ensaístas, que acreditavam que o momento de recontá-la era o presente. Diante dessas circunstâncias, historiadores como Capistrano de Abreu, preocupados com as exigências da erudição histórica – que exigia uma preocupação norteadora com o método e com os exercícios de levantamento, seleção e crítica documental, o que levava para o detalhe, para a minúcia monográfica e para a empiria, inviabilizando a elaboração de uma



síntese histórica – delegavam essa tarefa para os historiadores do futuro, pois, acreditavam que ainda não era possível a elaboração dessa síntese interpretativa da história nacional.

Já os autores ensaístas, dos quais Bomfim é o que nos interessa diretamente, acreditavam que o momento era aquele e, por isso, transgrediam práticas e procedimentos que eram definidores da escrita da história no período no intuito de elaborar novas matrizes de interpretação da história nacional. Estas eram fundadas em outras preocupações e davam vozes a outros sujeitos que não eram ouvidos pela historiografia produzida sob a influência da tradição imperial; nesse movimento de ampliação de horizontes para a escrita da história sinalizado pelos autores ensaístas, os próprios pressupostos definidores do saber histórico passaram por um processo de atualização.

As exigências de produção de uma nova síntese do passado nacional que tencionava a cultura histórica brasileira desde o século XIX culminou nas primeiras décadas do século XX numa ampliação das preocupações com a escrita da história que, gradativamente, foi produzindo uma reaproximação conciliadora com um modelo de representação histórica que, tal como demonstrou Francisco Gouvea de Sousa (2012), não dialogava com o mundo da rua, das pessoas comuns, mas instituiu molduras conceituais que condicionavam o entendimento dos anseios populares como ruídos, cerceando a possibilidade de fala daqueles que estavam excluídos dos círculos íntimos do poder, reforçando o personalismo como uma marca quase que indelével da sociedade brasileira.

Dessa forma, entendemos que Bomfim irá sinalizar para a importância da compreensão da tradição histórica nacional como elemento fundamental à consolidação da identidade de uma nação livre, reflexão que irá direcioná-lo para a busca do entendimento do tipo de representação do passado que seria importante para tornar os brasileiros identificados com a história nacional. Nesse ponto, Bomfim desenvolverá a sua tese de que a história ensinada aos brasileiros ajudando a formar uma consciência histórica nacional encontrava-se deturpada. Quando olhamos para sua obra nessa perspectiva genealógica mais ampla, percebemos que ela ecoa projetos de elaboração de um novo sentido histórico que estava presente na cultura histórica do período, mas que a cultura historiográfica edificada sob a tradição imperial não permitia emergir, visto que essa forma de atribuir sentido ao passado colocava em risco o *status* das elites conquistado no processo de constituição do Estado Imperial.

Dessa forma, entendemos que as reflexões sobre a história elaborada por Bomfim nas primeiras décadas do século XX são fundamentais para compreendermos a diversidade das formas de pensamento que estavam em curso no Brasil nesse período. O pensamento histórico de Bomfim é eclético e dinâmico, comportando múltiplas influências retiradas de diver-



nos campos do saber de sua época. Muito embora pelo ecletismo de suas ideias possa parecer difícil situá-lo como um historiador, seu esforço em pensar a história não pode ser negligenciado como simples devaneio de um intelectual apaixonado pelo Brasil e pelo seu povo, conforme sugerem alguns intérpretes de sua obra. Seu pensamento histórico reflete questões que são fundamentais para a história da historiografia, visto que apresenta teses e perspectivas analíticas singulares incorporadas pela geração subsequente, o que, em nosso entendimento, ajuda a demarcar um lugar para Manoel Bomfim na história da historiografia brasileira.

